

HABEAS CORPUS Nº 513.622 - SP (2019/0160067-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIELA MONI MARINS - SP343394
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SERGIO SANTOS OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

SÉRGIO SANTOS OLIVEIRA alega sofrer coação ilegal em virtude de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2058713-70.2019.8.26.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a **ausência de motivação idônea para converter a prisão em flagrante do paciente**, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, em custódia preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia provisória.

O pedido de urgência não comporta deferimento.

O Juiz de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, fundamentou (fls. 33-35, grifei):

[...] Segundo consta dos autos, no dia 07 de março de 2018, por volta das 04h28min, na Rua Natália Lopes, 10, Vila Nova, nesta cidade e comarca de Registro, **o autuado trazia consigo, para fins de tráfico, no interior de uma mochila, 35 porções de cocaína (22,88g), 12 porções de crack (8,49g) e 20 porções de maconha (79,63g), sem autorização e em desacordo com autorização legal ou regulamentar. Segundo consta, o denunciado caminhava pela rua trazendo a mochila com as drogas, quando, ao avistar a aproximação de uma viatura da Polícia Militar, tentou empreender fuga, sem êxito. Durante a revista pessoal, os policiais localizaram os entorpecentes e conduziram o autuado à Delegacia de Polícia.** Interrogado perante a autoridade policial, Sérgio alegou que as drogas não lhe pertenciam e que alguém as colocou em sua mochila. Na presente audiência de custódia, alegou ter sido agredido pelos policiais com um chute na região do abdômen, mas não apresentava qualquer lesão

aparente. O caso é de conversão da prisão em flagrante em preventiva. A prisão em flagrante está material e formalmente em ordem, não havendo que se falar em relaxamento. Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos existentes nos autos, verifica-se que há prova da materialidade delitiva, consubstanciada no laudo de constatação das substâncias entorpecentes apreendidas, bem como indícios suficientes de autoria delitiva, consoante se infere dos depoimentos dos policiais que participaram da diligência. **As circunstâncias da apreensão do entorpecente, especialmente a quantidade e variedade, além do horário e local da prisão, evidenciam que os entorpecentes se destinavam ao tráfico. De outra feita, verifica-se a necessidade da manutenção da segregação cautelar do autuado. Isso porque, ele não possui ocupação lícita, sendo localizado em plena madrugada com tipos variados de droga, indicando que faz do tráfico seu meio de vida. Logo, a prisão é necessária para impedir que o autuado volte a traficar.**

A Corte de origem, por sua vez, salientou (fl. 69, grifei):

Ademais, verifica-se que o investigado está sendo processado criminalmente (autos número 1501492-93.2018.0495) pela prática do crime do art. 146 do Código Penal, o que somado ao presente flagrante indica que o investigado representa perigo concreto à ordem pública.

Tais elementos evidenciam, ao menos *primo oculi*, a gravidade concreta do delito em tese cometido e a real possibilidade de que, solto, o paciente volte a delinquir, a evidenciar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da segregação preventiva para a **garantia da ordem pública**, notadamente para o fim de evitar a reiteração criminosa.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial de notícias atualizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

